

Apuração rigorosa

As fitas gravadas sobre conversas mais ou menos comprometedoras entre o afastado secretário particular do governador do Distrito Federal e um empresário da aviação civil, do ramo de táxi-aéreo, remetidas à CPI do Congresso Nacional que investiga irregularidades no Orçamento da União, mereceram, da parte do governador Joaquim Roriz, uma reação pronta e eficaz, que foi o afastamento de seu auxiliar próximo e a criação de comissão de inquérito administrativo. Determinou o chefe do Executivo uma apuração ampla e rápida dos fatos relacionados com as conversações telefônicas, a fim de que não paire nenhuma dúvida sobre a lisura dos seus atos administrativos à frente do GDF. E, se necessário, determinará a punição dos responsáveis por eventuais negócios ilícitos tramados à sombra de sua confiança.

O episódio merece a reflexão da opinião pública do Distrito Federal. O governador Joaquim Roriz, que ocupa o Palácio do Buriti pela segunda vez, sendo agora por um mandato confiado pelo voto popular e sempre apoiado pela esmagadora maioria da opinião pública, como o demonstram numerosas pesquisas de institutos especializados, é um administrador que tem merecido o respeito de todos, inclusive o de seus adversários, pelo ritmo de trabalho e de operosidade que imprimiu à administração do Distrito Federal.

A sua obra administrativa, que se subdivide em numerosos atos concretos em favor da população brasiliense, sobretudo das mais carentes, não pode, de uma hora para outra, ser diminuída, ou esquecida, por um episódio lamentável mas infelizmente comum na administração pública, que é a infidelidade de algum auxiliar de confiança, porventura flagrado em atos moralmente condenáveis de advocacia administrativa, seja ou não com propósitos de obter vantagens políticas ou pecuniárias. O governador

foi rápido e eficaz na sua decisão de afastar seu assessor de confiança e, mais que isso, de criar uma comissão de inquérito, integrada pelo procurador-geral, por um delegado de Polícia e por um diretor do Centro de Assistência Judiciária, para investigar até o fundo o lamentável episódio.

Esses são dois fatos concretos: uma suposta ação de desonestidade e um ato da autoridade superior determinando o afastamento do auxiliar e a abertura de inquérito, que pode terminar tanto na conclusão de culpa quanto de inocência do acusado. Outra coisa muito diferente, entretanto, é procurar valer-se desse episódio triste, mas inerente à condição humana, para tentar criar um palanque político-eleitoral com o objetivo de auferir vantagens no pleito de 1994.

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, com a dupla autoridade moral e política de que desfruta, não viu nas 18 fitas gravadas nada que se relacionasse com o objeto primeiro de sua comissão, que é o de apurar ilícitos na área do Orçamento da União. Por isso, devolveu as fitas, a fim de que a matéria tivesse a sua tramitação natural, que é no âmbito do Distrito Federal. Não cabe razão alguma, portanto, à oposição na Câmara Legislativa do DF de tentar forçar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de âmbito local, cujas intenções permanecem nebulosas. Investigar quem e por quê se já está em andamento um inquérito administrativo, que todos desejamos bem rápido, como se justificar uma CPI do Legislativo local? É preciso distinguir o rigor com a moralidade de paixões políticas inaceitáveis. Antes da conclusão do inquérito, todo julgamento é precipitado e inconveniente. Depois, será outro capítulo. O que importa agora é a apuração rigorosa das denúncias, sem caráter político-eleitoral.